

CAMINHO DAS ÁGUAS

Brasil Rumo à Conferência da ONU
sobre a Água

Documento-Orientador

Brasil - 2026

CAMINHO DAS ÁGUAS

Rumo à Conferência da ONU sobre a Água

Documento-Base

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA

Brasil – 2026

1. APRESENTAÇÃO

O Caminho das Águas: Brasil rumo à Conferência da ONU sobre a Água é uma iniciativa brasileira de mobilização, diálogo e construção coletiva voltada à consolidação da contribuição nacional a ser apresentada na Conferência, a realizar-se em Abu Dabi, Emirados Árabes Unidos, em dezembro de 2026.

Mais do que preparar a participação do Brasil em um encontro internacional, a iniciativa propõe transformar esse percurso em uma jornada nacional de convergência, capaz de fortalecer a agenda da água no País, valorizar a diversidade territorial brasileira e ampliar o engajamento da sociedade em torno dos desafios hídricos contemporâneos.

A proposta parte do reconhecimento de que a água desempenha papel estruturante para o desenvolvimento sustentável, a segurança hídrica, a produção de alimentos, a geração de energia, a saúde pública, a qualidade de vida, a proteção dos ecossistemas, a adaptação climática e a redução do risco de desastres.

Nesse sentido, o Caminho das Águas busca criar um espaço nacional de escuta e articulação entre governos, academia, usuários, comitês de bacia, setor produtivo, organizações da sociedade civil, povos indígenas, comunidades tradicionais, juventudes, mulheres e cidadãos em geral, permitindo que a contribuição brasileira reflita, de forma legítima, a realidade e as prioridades do País.

1.1. Contexto

A água constitui elemento estruturante para o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar, energética e climática e a promoção do bem-estar social. Apesar dos avanços institucionais, científicos e tecnológicos observados nas últimas décadas, o mundo enfrenta um cenário de crescente pressão sobre os recursos hídricos, agravado pelas mudanças climáticas, pela degradação ambiental e pela intensificação dos usos múltiplos da água.

Em 2026, a crise hídrica global atingiu um novo patamar, com a *UN-Water* alertando para a possibilidade de uma “falência global da água”, expressão que traduz a incapacidade progressiva dos sistemas naturais e institucionais de responder, de forma sustentável, às demandas humanas, econômicas e ecológicas. Bilhões de pessoas ainda não têm acesso adequado à água potável e ao saneamento, enquanto os padrões atuais de consumo, poluição e uso do solo vêm superando a capacidade de reposição e regeneração dos sistemas hídricos. A poluição, o desmatamento, a degradação dos ecossistemas e os impactos crescentes das mudanças climáticas agravam esse cenário, revelando uma crise que não é apenas física, mas também civilizatória, associada a



modelos de desenvolvimento e governança que, em muitos contextos, afastaram a centralidade da vida, da natureza e do uso sustentável dos recursos¹.

Diferentemente do estresse hídrico ou de crises localizadas de escassez, a noção de “falência hídrica” remete a uma condição persistente de insolvência sistêmica, marcada pela acumulação de danos que degradam o capital natural, comprometem a capacidade de suporte dos ecossistemas e reduzem as possibilidades de recuperação futura. Esse contexto reforça a necessidade de dar centralidade ao tema da água nos debates internacionais sobre clima, biodiversidade, cidades, produção de alimentos, energia, redução do risco de desastres e desenvolvimento sustentável.

No Brasil, esse cenário global assume contornos próprios. O País reúne uma das mais expressivas disponibilidades de água doce do planeta, ampla diversidade de biomas e reconhecida experiência em gestão por bacias hidrográficas, o que lhe confere papel estratégico nos debates internacionais sobre água, desenvolvimento sustentável e adaptação climática. Ao mesmo tempo, persistem desafios estruturais que demandam respostas integradas, contínuas e territorialmente sensíveis.

Entre esses desafios estão o aumento do estresse hídrico em áreas densamente povoadas e de intensa atividade econômica, a vulnerabilidade do setor energético em razão da dependência de fontes hidrelétricas, os conflitos pelo uso da água em territórios produtivos, a poluição difusa associada à expansão urbana e agropecuária, a degradação de bacias hidrográficas e a perda de vegetação nativa em áreas estratégicas, além da existência de déficits de saneamento básico e de acesso à água em diferentes contextos sociais e territoriais.

Esse quadro é agravado pela maior frequência e intensidade de eventos extremos relacionados ao clima, como secas prolongadas, chuvas intensas, inundações e maior variabilidade hidrológica, com impactos diretos sobre a segurança hídrica, a infraestrutura, os ecossistemas, a produção e a qualidade de vida da população. .

Nesse contexto, torna-se necessário avançar na adaptação climática, ampliar a resiliência territorial e consolidar modelos cada vez mais integrados, participativos e preventivos de governança da água, capazes de responder aos desafios atuais e futuros do desenvolvimento brasileiro, e assegurar a disponibilidade de água, em quantidade e qualidade compatíveis com as múltiplas necessidades da sociedade, da economia, dos ecossistemas e dos territórios.

¹ Ver Relatório elaborado por Kaveh Madani (2026), disponível em:
https://collections.unu.edu/eserv/UNU:10445/Global_Water_Bankruptcy_Report_2026_.pdf



1.2. Negociações Internacionais

A 3ª Conferência das Nações Unidas sobre a Água será realizada em Abu Dabi, nos Emirados Árabes Unidos, em dezembro de 2026, e representa um marco internacional para acelerar a implementação da Agenda 2030, em especial do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6), voltado a assegurar água e saneamento para todos.

Sua preparação integra um processo internacional iniciado em janeiro de 2026, em Dacar, no Senegal, onde foram lançados os debates estruturantes que orientarão a agenda política de 2026. Essa etapa inaugurou o percurso Dacar → Abu Dabi, organizado em torno de seis Diálogos Interativos, concebidos para mobilizar governos, instituições, especialistas e sociedade em torno de prioridades globais relacionadas à água, ao saneamento, à resiliência, ao financiamento e à cooperação.

Na reunião de Dacar, os países foram conclamados a promover, em âmbito nacional, mecanismos de diálogo, escuta e sistematização de contribuições, com objetivo de reunir percepções, experiências e prioridades dos diferentes setores e segmentos sociais, que de modo que essas contribuições reflitam os desafios concretos e as soluções em curso.

É nesse contexto que se insere o Caminho das Águas, como a expressão brasileira desse chamado à mobilização e à escuta nacional. A iniciativa busca transformar a diversidade de percepções, experiências e prioridades do País em insumos qualificados para a consolidação do posicionamento brasileiro, a ser apresentado pelo governo na Conferência.

Ao mesmo tempo, o Caminho das Águas também se materializa como processo de implementação do Plano de Aceleração para Gestão da Água e Governança Participativa, lançado no âmbito da COP30, ao estruturar uma jornada contínua de mobilização, escuta social, fortalecimento institucional e circulação de boas práticas. Dessa forma, a iniciativa conecta o legado da COP30 ao percurso Dacar → Abu Dabi, transformando a participação brasileira na Conferência de 2026 em oportunidade concreta de avançar na implementação de compromissos já assumidos pelo País. O Caminho das Águas constitui, assim, o desdobramento brasileiro dessa trajetória internacional, conectando as discussões globais às realidades nacionais, às diversidades territoriais e às prioridades estratégicas do Brasil, ao mesmo tempo em que fortalece a construção de uma contribuição de país legitimada pelas múltiplas vozes de da sociedade.



2. O CAMINHO DO BRASIL

Com cerca de 12% da disponibilidade de água doce do planeta e abrigando alguns dos mais relevantes sistemas aquíferos do mundo, como o Sistema Aquífero Guarani e os grandes aquíferos amazônicos, o Brasil ocupa posição singular na agenda da água.

Associado à reconhecida experiência em gestão e governança por bacias hidrográficas, o país reúne condições institucionais para contribuir de forma relevante com os debates internacionais. Ao mesmo tempo, persistem desafios estruturais que exigem aprimoramento contínuo das políticas públicas, fortalecimento da cooperação e incorporação de novas soluções.

Mais do que reunir contribuições, a iniciativa busca estimular cooperação, promover intercâmbio de experiências, valorizar boas práticas e identificar oportunidades de aprimoramento das políticas e soluções brasileiras.

A proposta se materializa por meio do aproveitamento de eventos nacionais e regionais já previstos no calendário de 2026 sobre água, clima e desenvolvimento sustentável, convertendo esses espaços em plataformas de painéis temáticos, diálogos, construção coletiva e escuta. Busca-se transformar essas contribuições em insumos estratégicos para fortalecer a agenda da água no Brasil, consolidar uma contribuição nacional robusta e ampliar a participação brasileira no processo preparatório da Conferência.

2.1. Objetivo Geral

Mobilizar e articular atores institucionais e sociais em todo o território nacional para construir, de forma participativa, a contribuição brasileira à 3ª Conferência Mundial da Água da ONU.

2.2. Objetivos Específicos

1. Consolidar uma agenda brasileira unificada para o ODS 6;
2. Identificar e valorizar as boas práticas de governança hídrica e saneamento;
3. Valorizar o diálogo intersetorial e intercultural e o intercâmbio de experiências sobre governança hídrica, saneamento e revitalização de bacias hidrográficas;
4. Promover soluções inovadoras como, por exemplo, reúso, irrigação sustentável e soluções baseadas na natureza;
5. Garantir participação inclusiva e equitativa de povos indígenas, comunidades tradicionais, jovens e mulheres nos processos de governança hídrica;
6. Compartilhar e identificar mecanismos de financiamento e investimentos inovadores para a agenda da água;
7. Valorizar boas práticas e experiências brasileiras escaláveis, fortalecendo a liderança do Brasil em iniciativas de Cooperação Sul-Sul;



8. Criar sinergia com os principais encontros de água realizados no Brasil;
9. Conectar as prioridades regionais e nacionais aos seis eixos temáticos da Conferência da Água da ONU 2026;
10. Deixar legado para o aperfeiçoamento das políticas nacionais relacionadas à água.

2.3. Princípios Orientadores

A iniciativa será orientada pelos seguintes princípios:

- Governança hídrica participativa
- Inclusão federativa
- Integração entre água, clima e desenvolvimento
- Integração com Economia e Setores Produtivos (agricultura, energia, indústria, cadeias produtivas dependentes da água)
- Inclusão social e territorial
- Base científica e intercâmbio de conhecimentos
- Cooperação internacional
- Promoção da segurança hídrica como estratégia de desenvolvimento

3. ALINHAMENTO COM OS EIXOS DA 3ª CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE A ÁGUA

Os debates promovidos no âmbito do Caminho das Águas estarão alinhados aos seis eixos prioritários da Conferência da Água da ONU.

3.1. Água para as Pessoas

Enfatiza a universalização do acesso à água e ao saneamento, reconhecendo que as metas do ODS 6 exigem maior mobilização política, inovação e fortalecimento dos governos locais.

No contexto brasileiro, o eixo dialoga com:

- universalização do saneamento
- segurança hídrica urbana
- acesso à água em regiões vulneráveis
- políticas de abastecimento rural e difuso
- cultura da água e a ética do cuidado



3.2. Água para a Prosperidade

Reconhece a água como base da sustentabilidade econômica e da geração de valor, promovendo modelos de desenvolvimento sustentável, mais inclusivos e eficientes.

Temas associados no Brasil incluem:

- irrigação sustentável
- uso eficiente da água na agricultura
- economia circular da água
- segurança hídrica para atividades produtivas
- uso e reúso da água

3.3. Água para o Planeta

Propõe abordagem integrada da água considerando mudanças climáticas, conservação ambiental e gestão de ecossistemas.

No contexto brasileiro pode-se discutir temas como:

- revitalização de bacias hidrográficas
- proteção de nascentes
- soluções baseadas na natureza
- restauração de ecossistemas aquáticos

3.4. Água para a Cooperação

Destaca a importância da cooperação institucional e internacional para enfrentar desafios relacionados aos recursos hídricos.

No Brasil:

- cooperação federativa
- geopolítica e diplomacia da água
- gestão de bacias transfronteiriças
- cooperação social, científica e técnica
- intercâmbio de projetos e experiências de gestão de micro, sub e bacias hidrográficas

3.5. Água e Processos Multilaterais

Busca fortalecer o diálogo e iniciativas entre governos, instituições e organizações internacionais para consolidar ações globais voltadas à água.



Contribuições brasileiras incluem:

- participação ativa em fóruns internacionais
- defesa dos interesses nacionais
- articulação com agendas climáticas e ambientais
- fortalecimento do multilateralismo da água

3.6. Financiamento para a Água

Reconhece o financiamento como elemento transversal para viabilizar a implementação das políticas de água e saneamento. Em que a implementação de uma agenda robusta de segurança hídrica requer mobilização significativa de recursos financeiros.

Discussões podem cobrir temas como:

- Necessidades de investimento nos temas a serem discutidos
- Fontes potenciais, como orçamento público, PPPs, bancos, etc.
- Instrumentos financeiros, à exemplo de fundos climáticos, títulos verdes e azuis, cobrança pelo uso da água em bacias hidrográficas, conversão de multas e compensação ambiental e pagamento por serviços ambientais

4. ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL

A iniciativa Caminho das Águas rumo à Conferência da ONU sobre a Água consiste em um processo preparatório à participação brasileira na Conferência, estruturado a partir de uma estratégia de mobilização nacional baseada na articulação com atores institucionais, espaços de participação social em eventos já programados ou especialmente promovidos ao longo de 2026,.

Esses eventos funcionarão como plataformas de diálogo, escuta, cooperação e sistematização de contribuições, permitindo difundir os seis eixos temáticos da Conferência, , reunir propostas e experiências, e fortalecer uma abordagem mais integrada da relação da sociedade com a água.

A estratégia baseia-se no mapeamento de eventos já consolidados no calendário nacional e internacional da água, identificando oportunidades para inserir atividades do Caminho das Águas em espaços previamente existentes. A realização dessas atividades dependerá de articulação com os organizadores, da aderência temática e da viabilidade de ajustes na programação, respeitados os prazos estabelecidos.

Sempre que essa convergência for possível, esses eventos funcionarão como plataformas de mobilização, escuta e construção coletiva, ampliando o alcance da iniciativa.



Entre os principais espaços com potencial de convergência destacam-se a Semana Nacional da Água, o Fórum Brasil das Águas, a *World Basin Summit*, no Rio de Janeiro, a *Brazil Water Week*, o Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, o Encontro Nacional de Águas Urbanas, o Encontro Nacional de Desastres e o Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, entre outros. Também serão considerados eventos acadêmicos, científicos e fóruns de governança hídrica que contribuam para ampliar o alcance temático e institucional do processo (ver Anexo II).

4.1 Mobilização Territorial

Como dimensão complementar e estruturante, a iniciativa também buscará promover uma mobilização orientada pela diversidade regional brasileira, reconhecendo que os desafios e as soluções relacionados à água variam conforme os biomas, os padrões de ocupação do território, as dinâmicas econômicas e os contextos sociais..

Nessa perspectiva, os eventos e espaços de diálogo buscarão refletir as especificidades regionais e as prioridades que emergem em cada contexto. Na região Norte, por exemplo, poderão ser discutidos temas relacionados à proteção da Amazônia, à gestão de aquíferos, aos impactos do desmatamento sobre os ciclos hidrológicos.. No Nordeste, os diálogos poderão contemplar, entre outros aspectos, convivência com a seca, dessalinização e segurança hídrica no semiárido. No Centro-Oeste, poderão ganhar relevância debates sobre irrigação sustentável, proteção de nascentes e gestão de mananciais e aquíferos. No Sudeste, poderão ser valorizados temas como saneamento urbano, revitalização de rios urbanos e inovação tecnológica aplicada à gestão da água. Já no Sul, os espaços de escuta poderão abordar a gestão integrada de bacias, os eventos climáticos extremos e a relação entre segurança hídrica e energética.

4.2 Mobilização dos colegiados e instâncias do SINGREH

Uma das frentes centrais de participação será a mobilização das instâncias colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), reconhecendo o papel estratégico desses espaços na formulação de prioridades, no compartilhamento de experiências e no fortalecimento da governança da água no País.

Nesse âmbito, pretende-se engajar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERHs), os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs), bem como instâncias associadas aos processos de governança do sistema, como o Fórum Nacional dos Comitês de Bacia, redes e organismos de bacia.

Esses espaços poderão oferecer recomendações estratégicas, contribuir para a identificação de prioridades nacionais e territoriais e compartilhar experiências consolidadas de governança hídrica, gestão participativa e articulação interfederativa, fortalecendo a base institucional da contribuição brasileira.



4.3 Mobilização da sociedade civil e participação social

O Caminho buscará ampliar a participação da sociedade por meio de instrumentos de consulta e escuta, de forma a refletir a diversidade de visões, experiências e prioridades existentes no País. Essa mobilização ocorrerá principalmente por meio de consultas públicas digitais, com apoio na divulgação da iniciativa em eventos e espaços de diálogo.

A iniciativa buscará promover a inclusão de diferentes segmentos da sociedade, incluindo povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, juventudes, mulheres e organizações socioambientais, reconhecendo a importância de suas experiências e perspectivas na relação com a água. Para isso, poderá haver articulação com instâncias de governança participativa, como a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, entre outras redes e espaços de diálogo.

Será disponibilizado um espaço on-line de contribuição, por meio de formulário eletrônico, no site do MIDR e na plataforma Brasil Participativo, permitindo a participação de pessoas, instituições e organizações que não possam se engajar presencialmente. Esse canal permitirá o envio de percepções, experiências e propostas relacionadas aos temas da Conferência, ampliando o alcance e a continuidade da mobilização.

As contribuições recebidas serão sistematizadas de forma estruturada, com o objetivo de subsidiar a elaboração do documento base brasileiro para a Conferência da ONU sobre a Água.

5. DIVULGAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA A ÁGUA

Como forma de dar visibilidade e conectar as iniciativas brasileiras a agendas globais, o Caminho das Águas incentivará a inserção de soluções, projetos e boas práticas em plataformas internacionais reconhecidas. Entre elas, destacam-se o SDG 6 Global Acceleration Framework, da *UN-Water* (<https://www.unwater.org/our-work/sdg-6-global-acceleration-framework>), voltado a acelerar a implementação do ODS 6 por meio da mobilização de ações concretas; a plataforma de Action Networks e parcerias dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas (<https://sdgs.un.org/partnerships/action-networks/water>), que reúne iniciativas colaborativas e promove articulação entre diferentes atores; e o portal de Climate Action da UNFCCC (<https://unfccc.int/cci>), que dá visibilidade a soluções e compromissos voltados à ação climática.

A orientação é que parceiros nacionais utilizem esses e outros espaços já estabelecidos no âmbito internacional para registrar e divulgar suas iniciativas, ampliando sua projeção, facilitando conexões com potenciais parceiros e contribuindo para o



compartilhamento de soluções alinhadas aos desafios globais relacionados à água, ao clima e ao desenvolvimento sustentável.

6. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS INTERNACIONAIS

Como dimensão estratégica complementar, o Caminho das Águas também compreenderá a participação do Brasil em eventos, fóruns e diálogos internacionais relacionados à água, ao clima, à resiliência, ao financiamento e ao desenvolvimento sustentável ao longo de 2026.

Essa dimensão se expressa, por exemplo, na participação brasileira na Reunião Preparatória da Alto-Nível realizada em Dacar, no Senegal, em janeiro de 2026. A Reunião foi o marco inaugural do percurso internacional rumo à 3ª Conferência da ONU sobre a Água. A presença do Brasil nesse encontro integra a própria jornada desta Caminho, permitindo não apenas apresentar experiências, prioridades e soluções nacionais, mas também incorporar tendências, debates emergentes, compromissos multilaterais, oportunidades de cooperação e referências internacionais relevantes para a agenda da água.

A Conferência representa, nesse sentido, uma oportunidade estratégica para fortalecer o posicionamento internacional do Brasil na agenda da água, à luz de sua expressiva disponibilidade hídrica, da experiência consolidada em gestão por bacias hidrográficas e de programas reconhecidos de revitalização, acesso à água e conservação hídrica, como o Programa Água Doce, o Programa Cisternas, o Programa Produtor de Água, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entre outras iniciativas inovadoras desenvolvidas no País.

Nesse contexto, o Caminho das Águas também poderá contribuir para consolidar agendas estratégicas de cooperação internacional do Brasil, incluindo a cooperação amazônica e na Bacia do Prata para proteção de bacias transfronteiriças, a cooperação Sul-Sul em gestão hídrica, o intercâmbio sobre soluções baseadas na natureza, revitalização de bacias e adaptação climática, bem como a participação ativa em fóruns multilaterais relacionados à água, ao clima e ao desenvolvimento sustentável.

Os aprendizados, percepções e desdobramentos oriundos dessas agendas internacionais deverão retroalimentar continuamente o processo nacional, contribuindo para o aperfeiçoamento dos diálogos internos, o refinamento das prioridades temáticas, a identificação de oportunidades de cooperação e financiamento e o fortalecimento do posicionamento brasileiro rumo à Conferência.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Caminho das Águas rumo à Conferência da ONU sobre a Água constitui uma iniciativa estratégica para fortalecer a agenda da água no Brasil e qualificar a contribuição nacional aos processos multilaterais e de cooperação internacional relacionados ao tema.

Ao mobilizar instituições públicas, sociedade civil, academia, setor produtivo e diferentes territórios, o processo permitirá consolidar uma contribuição nacional ampla, participativa e tecnicamente consistente, ancorada na realidade brasileira e alinhada aos desafios contemporâneos da segurança hídrica, da adaptação climática, da revitalização de bacias e da disponibilização de água em quantidade e qualidade adequadas às múltiplas necessidades do País.

Mais do que preparar a participação brasileira na Conferência, a iniciativa representa oportunidade concreta para fortalecer políticas públicas, promover soluções estruturantes, estimular cooperação, valorizar experiências territoriais e ampliar a inserção qualificada do Brasil nos diferentes espaços de diálogo e cooperação internacional relacionados à água.

Ao final, o Caminho das Águas deverá deixar como legado não apenas o documento-base do Brasil para a Água, mas também uma base ampliada de articulação, conhecimento, cooperação e mobilização social capaz de orientar, de forma contínua, o aperfeiçoamento das políticas nacionais e o posicionamento internacional do País na agenda da água.

8. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- ✓ **Plano de Aceleração Gestão da Água e Governança Participativa** – Agenda de Ação da COP30. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/cop30/PlanodeAceleracaoGestaodeAguaeGovernancaParticipativa_PORT.pdf
- ✓ **Plano de Aceleração Garantir o acesso à água potável para comunidades em situação vulnerável** – Agenda de Ação da COP30. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/cop30/nova_proposta_acesso_agua_final_port.pdf
- ✓ **Relatório ODS 6 no Brasil 3ª Edição** – visão da ANA sobre os indicadores / Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – Brasília: ANA, 2025.



- Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/ods6>
- ✓ **Relatório “Governança democrática da água sob uma abordagem baseada em direitos humanos”** – elaborado por Pedro Arrojo Agudo, Relator Especial da ONU para os direitos humanos à água potável e ao esgotamento sanitário – 80ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (setembro de 2025). Versão traduzida para o português, disponível em: <https://ondasbrasil.org/wp-content/uploads/2025/12/Relatorio-Pedro-Arrojo-2025-Governanca-democratica-da-agua-sob-uma-abordagem-baseada-em-direi.pdf>
 - ✓ MADANI Kaveh. (2026) **Global Water Bankruptcy: Living Beyond Our Hydrological Means in the Post-Crisis Era**. United Nations University Institute for Water, Environment and Health (UNU-INWEH), Richmond Hill, Ontario, Canada, doi: 10.53328/INR26KAM001. Disponível em: https://collections.unu.edu/eserv/UNU:10445/Global_Water_Bankruptcy_Report_2026.pdf
 - ✓ **Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) 2022-2040**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/plano-nacional-de-recursos-hidricos-1>
 - ✓ **Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2025 (ANA)**. Disponível em: <https://conjuntura-2025.webflow.io/>
 - ✓ **Resultados das mesas redondas de Dakar** – Disponível em: <https://unwaterconf.sn/en/resources>



ANEXO I

PRODUTOS E ENTREGAS

A iniciativa deverá gerar os seguintes produtos principais:

1. Documento do Brasil para a Conferência da Água da ONU 2026

Documento que sintetizará as contribuições nacionais e apresentará as recomendações e propostas brasileiras.

2. Relatórios

Síntese das contribuições obtidas nos eventos e consultas realizadas nas diferentes regiões do país.

3. Portfólios de Soluções sobre a Água

Conjunto de experiências e iniciativas brasileiras em governança hídrica, saneamento, revitalização de bacias e inovação, nas plataformas multilaterais.

4. Propostas de Cooperação e Financiamento

Identificação de oportunidades de cooperação internacional e mecanismos de financiamento para a agenda da água.



ANEXO II

AGENDA NACIONAL DE EVENTOS SOBRE ÁGUAⁱ

MARÇO

24 de março | Brasília - DF

Dia Mundial da Água – Lançamento oficial da Iniciativa

Coordenação: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

ABRIL

26–29 de abril | Rio de Janeiro – RJ

Congresso Internacional – Perdas de Água, Saneamento e Sustentabilidade

Tema: Água para o Planeta / Água para a Prosperidade

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES

International Water Association – IWA

Articulação internacional com MRE.

MAIO

4 e 8 de maio | São Luís – MA

Evento da Associação Brasileira de Recursos Hídricos

Objetivos: Apresentar a metodologia do Caminho das Águas Rumo a UN Water Conference 2026

Tema: Água para as Pessoas / Financiamento para a Água

Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas

Local: Centro de Convenções

25–29 de maio | Evento Online

Conecta Soluções – Água, Clima e Desenvolvimento Sustentável

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

JUNHO

16–19 de junho | Rio de Janeiro – RJ

World Basin Summit

RIOB/REBOB/MIDR/Governo RJ

Rede Internacional de Organismos de Bacia

Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas

Foco: Bacias resilientes e adaptação climática

Tema: Água e processos multilaterais / Água para o Planeta

JUNHO

16–19 de junho | Rio de Janeiro – RJ

World Basin Summit

RIOB / REBOB / MIDR / Governo do RJ

Rede Internacional de Organismos de Bacia

Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas




Foco: Bacias resilientes e adaptação climática.

Tema: Água e processos multilaterais / Água para o Planeta.

29 de junho–02 de julho | Brasília – DF

1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Tema: Água para a Cooperação.

 **JULHO**

20–24 de julho | Juiz de Fora – MG

XX Congresso Brasileiro de Limnologia

Tema: Água para o Planeta/ Água para a Cooperação

Universidade Federal de Juiz de Fora - Juiz de Fora - MG

 **AGOSTO**

Agosto | São Paulo – SP

Fórum – Água, Clima e Desenvolvimento Sustentável

Tema: Água e Processos Multilaterais/ Financiamento para a Água

Articulação:

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Consolidação da posição brasileira para a conferência internacional.

 **DEZEMBRO**

2–4 de dezembro | Abu Dabi

3ª Conferência da Água

Organização das Nações Unidas

Marco final da Jornada pela Água 2026.

ⁱ Este é apenas um exercício preliminar de identificação de possíveis eventos que poderão ter interesse em abrigar as discussões propostas para o Caminho das Águas rumo à Conferência da ONU sobre a Água. Os eventos podem ser alterados. Espera-se manter atualizada página eletrônica com as informações dos eventos previstos e realizados.

